

JE

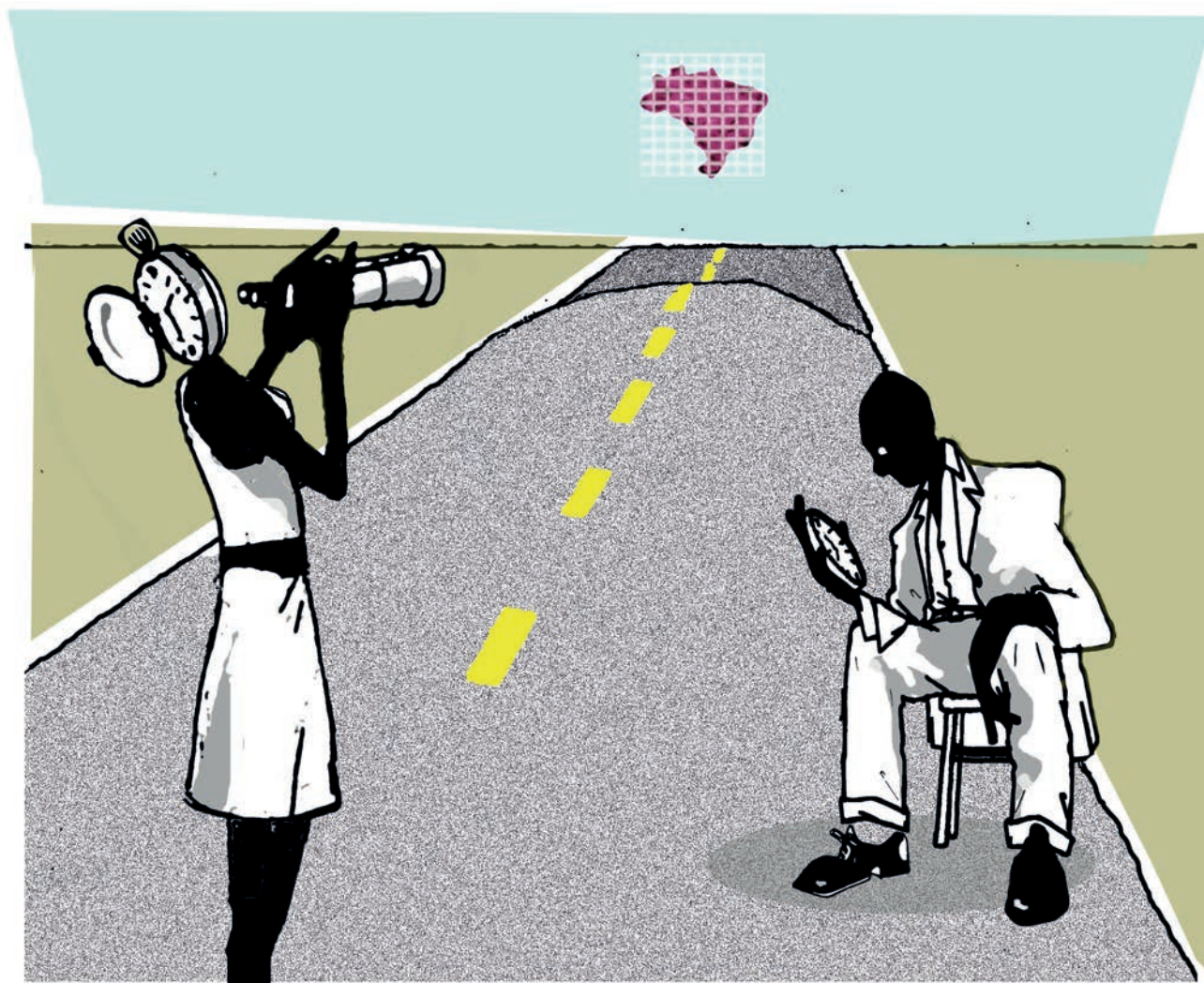
Jornal dos Economistas

Nº 380 Abril de 2021

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

O país do futuro... para sempre?

Luciana da Silva Ferreira, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marisa Silva Amaral, Ladislau Dowbor, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Esther Dweck debatem a incapacidade de articulação da sociedade brasileira em torno de um projeto de desenvolvimento e caminhos a seguir.



Fórum analisa a dívida pública financeira e não financeira e a receita da dívida ativa do Rio de Janeiro

Por um projeto de desenvolvimento

O Brasil é o país do futuro e sempre será? Nunca seremos uma nação desenvolvida?

Luciana Ferreira, do ICSA/UFRRJ, pondera que, antes de desejarmos um projeto de nação, devemos refletir sobre um projeto de Estado, que elabore e conduza mudanças estruturais. Precisamos superar a visão unicamente fiscalista das finanças públicas.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, da FGV, afirma que o problema fundamental do desenvolvimento econômico brasileiro sempre foi a baixa taxa de investimento. Nossa economia enfrenta uma crise estrutural de longo prazo. A política neoliberal causou alta instabilidade financeira, queda no crescimento e forte aumento da desigualdade.

Marisa Amaral, da UFU, aponta que o desenvolvimento possível para os países periféricos é o dependente, com algum crescimento e distribuição de renda, mas sem atacar a causa das desigualdades. O Brasil jamais integrará o núcleo do capitalismo central. Os períodos de maior crescimento com desdobramentos sociais foram graças ao Estado indutor.

Ladislau Dowbor, da PUC-SP, ressalta que o Brasil tem muitos pobres, mas não é um país pobre. Nosso problema não é econômico, e sim de organização política e social. A escandalosa distribuição de renda e patrimônio constitui o nosso problema estruturante. Sem uma base popular com capacidade de consumo, trava-se a atividade produtiva.

Plínio de Arruda Sampaio Jr, da plataforma Contrapoder, afirma que o projeto da burguesia brasileira para a crise terminal da industrialização por substituição de importações é a transformação da economia brasileira numa megafeteria, processo radicalizado a partir de 2016. A burguesia quer acumular riqueza, sem preocupação com os problemas nacionais. Amplia-se o abismo entre o Brasil e as economias desenvolvidas.

Esther Dweck, do IE-UFRJ, enfatiza que a característica principal da crise atual é, como já anunciado por Celso Furtado, sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e progresso técnico. Já superamos o problema da produção, mas o da distribuição só se agravou. O eterno país do futuro parece caminhar aceleradamente para trás.

O artigo do Fórum analisa didaticamente a dívida pública financeira e não financeira e a receita da dívida ativa do Município do Rio de Janeiro de 2010 a 2019.

Sumário

País do futuro	3
Quando um projeto de Nação requer um projeto de Estado	
<i>Luciana da Silva Ferreira</i>	
País do futuro	4
O problema é o investimento público	
<i>Luiz Carlos Bresser-Pereira</i>	
País do futuro	6
O “desenvolvimento possível” é improvável no Brasil de Bolsonaro	
<i>Marisa Silva Amaral</i>	
País do futuro	8
Um horizonte a resgatar	
<i>Ladislau Dowbor</i>	
País do futuro	10
Brasil: uma megafeteria moderna	
<i>Plínio de Arruda Sampaio Jr</i>	
País do futuro	12
A economia deve servir às pessoas: por um novo projeto de desenvolvimento	
<i>Esther Dweck</i>	
Fórum Popular do Orçamento	14
Paga-se bem, mas para receber...	
Curso online preparatório para o exame da Anpec está disponível nacionalmente	16

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 9h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixaivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Conselho Editorial: Sidney Pascouito da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascouito da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023): Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023): Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascouito da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Quando um projeto de Nação requer um projeto de Estado

Luciana da Silva Ferreira *

Pensar o desenvolvimento econômico do Brasil faz parte da agenda de muitos intelectuais, pesquisadores e atores políticos e sociais. Há uma ideia generalizada sobre a necessidade de refletirmos sobre os meios e mecanismos que levariam o Brasil ao patamar de um país desenvolvido, representando uma mudança das estruturas econômica, política e social. Neste sentido, o desenvolvimento econômico definiria um conjunto de conquistas que incluem o crescimento econômico, aumento da produtividade, acesso equânime à saúde, educação, justiça social e distribuição equitativa de renda entre os cidadãos brasileiros.

O debate a respeito de qual política um país deve assumir para alcançar uma trajetória rumo ao desenvolvimento econômico geralmente divide os economistas entre aqueles que defendem que o desenvolvimento é atingido quando o governo não interfere nas decisões dos agentes privados e os que advogam uma intervenção do Estado na economia, tornando-o protagonista por meio de políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento.

A divergência da qual tratamos sobre qual papel o Estado deve desempenhar se dilui quando observamos a existência de um quase consenso entre os atores sociais a respeito da função do Estado numa economia. Neste sentido, muitos agentes acabam por adotar a visão míope de que o Estado é mais um agente na economia, cuja preocupação principal de sua atuação é sobre seu resultado fiscal.

No entanto, precisamos refletir, como sociedade organizada, sobre que tipo de país queremos para daqui a uma ou duas décadas e qual agente conduzirá a nação às mudanças estruturais necessárias para atingirmos uma situação de país mais justo, próspero e igualitário para seus cidadãos. Neste sentido, se olharmos para as últimas décadas de crescimento econômico do Brasil, podemos perceber uma grande diferença nas médias de crescimento entre as décadas de 1950, 1960 e 1970 (uma média de crescimento real do PIB de pouco mais de 7%) e as décadas mais recentes, a partir de 1980 (média de crescimento do PIB no período de 2%, com destaque para a última década, de 2011-2020, cuja média de crescimento foi nula). O que poderia indicar essa diferença acachapante? No primeiro período, observamos o Estado protagonizando algumas das transformações mais profundas no país, como no Plano de Metas ou nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Já no segundo período – inicialmente caracterizado por problemas de restrição no Balanço de Pagamentos (marcado

pelo fim dos fluxos voluntários de capital para a América Latina e pelo aumento da dívida externa no início da década de 80) e da inserção geopolítica do país – altera-se o *modus operandi* do Estado, a partir de uma visão distorcida de que o Estado deve se preocupar unicamente com seu resultado fiscal. Inauguramos neste período um conjunto de ações restritivas das finanças públicas (como a ideia de Estado mínimo, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei do Teto dos Gastos). Assim, questões puramente fiscais (resultados superavitários) transformaram-se no pano de fundo das políticas econômicas do período recente.

Todavia, precisamos revisar nossa percepção sobre a atuação do Estado na economia e criar a consciência coletiva sobre a importância do Estado no planejamento do desenvolvimento econômico do país, superando a visão unicamente fiscalista das finanças públicas. Neste sentido, é necessário refletir sobre a funcionalidade das finanças públicas, pois somente o Estado tem o poder de gastar na moeda que ele mesmo emite.

Assim, antes de desejarmos um



projeto de Nação, devemos refletir coletivamente sobre um projeto de Estado. Pensar os fatores que conduziriam o Brasil ao desenvolvimento implica refletir sobre a importância das finanças públicas e a atribuição inexorável do Estado na elaboração e condução das mudanças estruturais necessárias. Neste sentido, não basta apenas realizar gastos como um fim, mas sim como um meio de transformação estrutural e propulsor do crescimento econômico. Desenhar um projeto de Nação nos impele a ter uma visão de médio e longo prazos, unindo esforços para revisitar a importância do Estado no protagonismo desse processo. Refletir sobre isso nos leva a olhar para nosso passado recente para aprendermos sobre aquilo que devemos considerar importante. Aprender com as experiências passadas pode encurtar caminhos e redescobrir a importância do Estado-nação desenvolvido.

* É doutora em Economia pelo IE/UFRJ e professora associada do ICSA/UFRRJ.



O problema é o investimento público

Luiz Carlos Bresser-Pereira *

O problema fundamental do desenvolvimento econômico brasileiro sempre foi o de uma taxa de investimento baixa. No Gráfico 1 temos essa taxa desde 1995. Ela se manteve em torno de 18 por cento do PIB até 2006; cresceu a partir de então e entre 2010 e 2015 permaneceu em um patamar de quase 21 por cento do PIB até 2013. A partir da crise que começa em 2014, caiu, ficando em um patamar muito baixo de 15 por cento do PIB. Desde 2014 a economia brasileira está estagnada.

A teoria econômica sempre soube a importância do investimento. Marx definiu o capitalismo como o modo de produção caracterizado pela acumulação de capital e a realização de lucros. Schumpeter definiu o desenvolvimento econômico como o processo de inovações, ou seja, de investimentos com a introdução de inovações que assegurassem uma taxa de lucro acima da taxa “normal” de lucro assegurada pela competição. Keynes compreendeu que havia um problema estrutural de insuficiência de demanda no capitalismo, que rebaixava a taxa esperada de lucro e desestimulava o investimento. Os desenvolvimentistas clássicos definiram o desenvolvimento econômico como o processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico. A teoria novo-desenvolvimentista acrescentou que, dada a tendência da taxa de câmbio se tornar apreciada no longo prazo (não competitiva) nos países que pretendem se desenvolver com endividamento externo (pou-

pança externa) e/ou que tenham doença holandesa, as empresas competentes dos respectivos países, ao avaliarem seus projetos de investimento, verificam que ficaram desconectadas, sem acesso, tanto à demanda externa quanto interna, e não investem.

Até 2014 a previsão da teoria novo-desenvolvimentista quanto à armadilha dos juros altos e da taxa de câmbio apreciada se confirmou. Essa previsão se baseava na tese que a taxa de câmbio em países como o Brasil tende a ser apreciada no longo prazo – primeiro, porque o governo pretende crescer com “poupança externa”, ou seja, com endividamento externo; segundo, porque a taxa de câmbio depende das relações de troca; quando os preços das *commodities* sobem, a doença holandesa se agrava e a taxa de câmbio se aprecia. Foi isto o que aconteceu no ciclo cambial de 2002 a 2014. A partir de 2003, o real voltou a se apreciar e por isso o investimento na indústria foi desestimulado, enquanto o poder aquisitivo dos salários e dos rendimentos dos rentistas aumentava artificialmente, financiando o consumo. Usamos, assim, o endividamento externo não para financiar o investimento, mas para financiar o consumo.

Entre 1992 e 2018 a taxa de juros foi mantida em um nível muito elevado por duas razões principais: para atrair capitais a partir do pressuposto equivocado que a “poupança externa” se soma à poupança interna e financia o investimento; e graças ao poder excessivo que, no capitalismo neoliberal, a coalizão financeiro-rentista – o chamado “mercado” – assumiu.



A partir do início da recessão de 2014-2016, porém, a taxa de câmbio não voltou a se apreciar como previa a teoria novo-desenvolvimentista. Não voltou porque, no quadro de uma crise tanto econômica quanto política, a falta de confiança nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro e a recusa dos dois últimos em colocar em prática uma política fiscal contracíclica desestimularam o investimento para o mercado interno. E também os investimentos voltados para a exportação, que a depreciação cambial tornara mais rentável. Em 2019 os juros afinal caíram, mas as empresas continuaram sem confiança para aproveitar o câmbio depreciado e os juros baixos para investir para exportar. Também as empresas de serviço não investem porque a demanda interna não voltou a crescer.

A taxa de juros baixou a partir de 2019 porque, diante da recessão e da baixa taxa de inflação, o Banco Central não teve alternativa senão reduzir os juros. O país, portanto, saiu da armadilha de ju-

ros altos e câmbio apreciado, e não obstante as empresas não aumentaram seus investimentos mesmo antes da Covid-19. Existe, portanto, uma clara crise de confiança entre as empresas.

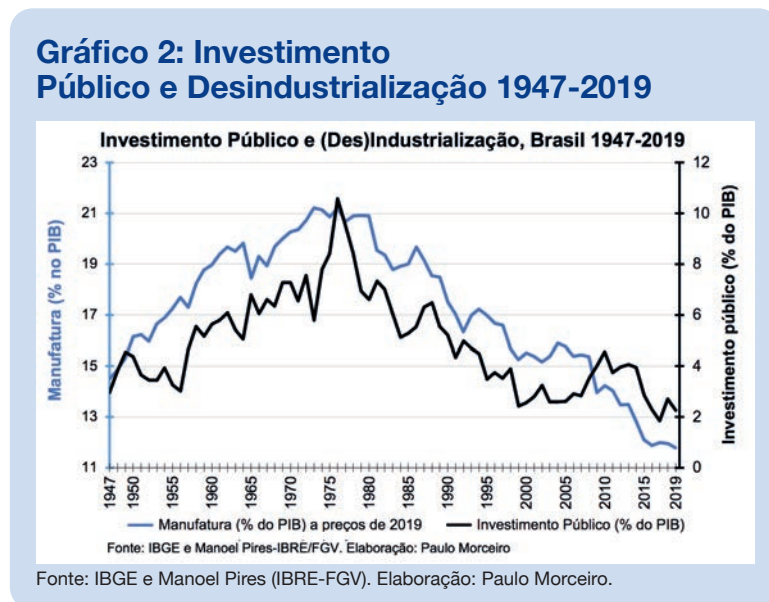
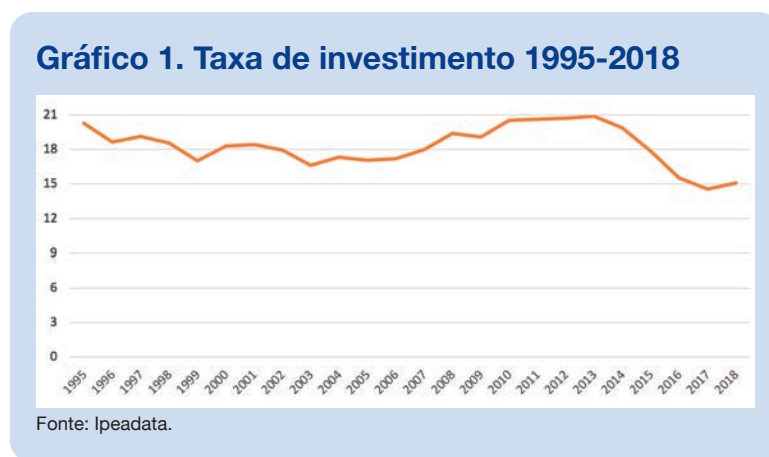
A economia brasileira também continua em crise porque o investimento público não foi retomado. Uma outra tese – a da crise fiscal do Estado, que eu desenvolvi nos anos 1980 – também continuou não resolvida. Entendo por crise fiscal a tendência de a poupança pública ser muito baixa, senão negativa, e não financiar o investimento público necessário para o país se desenvolver. Este investimento deve ser realizado nos setores não competitivos da economia e girar em torno de 20 a 25 por cento do investimento total; dessa forma o investimento total aumenta e os investimentos privados não são desencorajados, mas estimulados.

Desde a época da grande crise da dívida externa dos anos 1980, o Brasil entrou em crise fiscal, deixou de ter uma poupança pública para financiar o investimento público e este caiu substancialmente. Como podemos ver pelo Gráfico 2, o investimento público, que girava em torno de 7 por cento do PIB nos anos 1970, caiu verticalmente para perto de 2 por cento do PIB até 2000; houve, a partir de 2003, um grande esforço para aumentá-lo e chegou a 4,5 por cento do PIB em 2010; mas desde então, e principalmente desde a nova crise que se desencadeia em 2014, cai para 2 por cento do PIB. No gráfico vemos também como o investimento público é fundamental para o crescimento do PIB e particularmente do se-

tor mais estratégico da economia, o industrial. A desindustrialização do Brasil começa nos anos 1980, quando também cai o investimento público.

A economia brasileira está, assim, mergulhada em uma crise de longo prazo, estrutural, que já dura 40 anos e significou quase-estagnação, e que apenas se agravou nos últimos anos, quando a estagnação se tornou dominante. Uma estagnação ou um crescimento da renda *per capita* menor do que 1 por cento ao ano. Como disseram recentemente no *Valor* Carlos Luque, Simão Silber e Roberto Zaghera, o “novo normal” no Brasil passou a ser um crescimento do PIB de 2 por cento ao ano. Eu me lembro da virada dos anos 1990 para os 2000, quando a taxa de crescimento esperada pelos economistas ortodoxos, os empresários e o governo Cardoso era de 3 por cento ao ano; eu brigava para que fosse 5 por cento. Hoje, como afirmam nossos três ótimos economistas, passaram “a aceitar que crescer lentamente e ser um retardatário na economia global fazem parte de nosso destino”.

Como se explica essa brutal baixa de expectativas? A explicação mais imediata está nas baixas taxas de crescimento que estão sendo alcançadas. Esta quase-estagnação vem sendo causada pelos investimentos privados e públicos insuficientes que acabei de brevemente analisar. Mais genericamente, decorre do regime de política econômica neoliberal que o Brasil adotou a partir de 1990. Essa política econômica causou alta instabilidade financeira, queda na taxa de crescimento, e forte aumento da desigualdade em todos os países que a adotaram e, principalmente, nos países em de-



envolvimento da América Latina que adotaram a política de crescimento com endividamento externo e pararam de usar tarifas alfandegárias na importação e subsídios à exportação de manufaturados para neutralizar intuitivamente a doença holandesa e viabilizar os investimentos na indústria. “Intuitivamente” porque os fazedores de política não conheciam a doença holandesa mas sabiam que a industrialização é fundamental para o desenvolvimento econômico.

Há alguma perspectiva no horizonte? No atual governo, absolutamente nenhuma. A mediana das projeções para o crescimento

do PIB, segundo o Boletim Focus, é de 3,3% em 2021, 2,5% em 2022 e 2,5% em 2023. O crescimento de 3,3 por cento previsto para 2021 não implica qualquer retomada, mas o carregamento estatístico para 2021: o crescimento nulo em todos os trimestres implica um carregamento estatístico de 3,6%. Um ano, portanto, também perdido.

Para retomar o crescimento, o Brasil precisa de uma mudança estrutural. Ao contrário do que pensa a esquerda tradicional, não basta rejeitar a austeridade macroeconômica, investir na infraestrutura e fazer política industrial. É preciso

mais do que isso. Para que a taxa de investimento na indústria implique uma verdadeira retomada do desenvolvimento econômico, é preciso definir metas informais não apenas em relação à taxa de inflação e à taxa de juros, mas também em relação à taxa de câmbio, que deve ser competitiva para a indústria; à taxa de salários, que deve crescer com a produtividade; e à taxa de lucro, que deve ser satisfatória para as empresas industriais.

E é preciso aumentar o investimento público. Para tal, seria necessário aumentar a poupança pública, mas os brasileiros não parecem dispostos a isto. Houve um avanço: a baixa da taxa de juros reduziu a sangria no patrimônio público realizada pela coalizão de rentistas e financistas. Mas não vejo a necessária diminuição das desonerações de impostos caminhar, e a pressão pelo aumento de gastos na área social é legítima.

Por outro lado, hoje está claro que é possível financiar parte do gasto público com a compra de títulos do Tesouro pelo Banco Central. Os países ricos estão fazendo isso com bons resultados. Por isso venho propondo que seja aprovada emenda constitucional autorizando o Banco Central a comprar do Tesouro, a cada ano, títulos até o limite de 5 por cento do PIB para financiar exclusivamente investimentos públicos, devendo, porém, a liberação dos recursos ficar dependente de aprovação do Conselho Monetário Nacional, que, a cada três meses, avaliará o risco de se chegar ao pleno emprego e a inflação aumentar. O essencial em relação às emissões monetárias é mantê-las firmemente controladas.

* É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.

O “desenvolvimento possível” é improvável no Brasil de Bolsonaro

Marisa Silva Amaral*

Inicio esclarecendo os termos mais polêmicos desse título. Suponho que, a essa altura do campeonato, nem mesmo os mais fiéis adoradores do Palácio do Planalto considerem tarefa fácil associar as palavras desenvolvimento e governo Bolsonaro. A polêmica, portanto, está no que chamo aqui de “desenvolvimento possível”; e, para atacá-la, convém antes limpar o terreno em torno de como o termo desenvolvimento deve ser entendido.

O debate desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento remonta ao final da Segunda Guerra, contexto em que os EUA se posicionam como potência incomparável – hasteando a bandeira dos programas de recuperação econômica mundial pautados na disseminação de seu próprio arranjo tecnológico-industrial como forma de, supostamente, melhorar e ajudar a crescer as áreas subdesenvolvidas (à la discurso de Harry Truman, de 1949) – e em que se intensificam as disputas por independência formal de algumas colônias europeias na África e na Ásia. Esse quadro fermenta o debate em torno dos modelos que tomam as principais potências econômicas do mundo ocidental como referências de desenvolvimento.

Desde então, nenhuma palavra foi tão onipresente – tanto nas ciências sociais quanto na esfera política –, ainda que com uma conotação completamente equivocada, baseada numa identificação linear entre desenvolvimento e cresci-

mento. O desenvolvimento ganha *status* de meta fundamental e o subdesenvolvimento é visto como atraso a ser superado, como etapa que deve ser coberta para que se alcance o cume.

A fragilidade dessa leitura está em não perceber a possibilidade de que se percorram longos caminhos sem que o subdesenvolvimento seja suplantado. (Aliás, não faltam experiências que nos mostram que os passos à frente são, na verdade, muitos passos atrás, aludindo à noção de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”) O “crescimento econômico” envolve a capacidade de incorporação de progresso tecnológico à produção via acumulação de capital e se mede pela elevação do produto real de um país. Isso não explica as razões pelas quais o progresso se concentra em alguns poucos países e seus benefícios não são distribuídos ao conjunto das economias e suas populações. O produto real de um país pode crescer sem que este país se desenvolva, já que o desenvolvimento econômico envolve ampliação do bem-estar social, da qualidade de vida e, assim, redução das desigualdades econômicas, sociais e da degradação ambiental.

A primeira questão a ser, portanto, demarcada é a de que o termo desenvolvimento (isolado, tal como comumente utilizado) não deve ser visto como avanço, progresso ou evolução, mas meramente como desenrolar, como processo, o que significa que não carrega um sentido necessariamente positivo, uma vez que não revela uma

condição qualitativamente melhor numa escala evolutiva qualquer. Exemplo disso é o modelo neoliberal de desenvolvimento: intensifica as desigualdades e piora o bem-estar na justa proporção com que se aprofunda.

Nesses termos, fica claro que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se materializa tendencialmente como negativo do desenvolvimento econômico e tem, emaranhados na sua trajetória, respiros de crescimento, duras disputas por melhoria no bem-estar das massas e lapsos de preocupação social que impulsionam programas compensatórios de redução de desigualdades; contratendências que não logram, e nem objetivam, pôr em xeque a estrutura estabelecida.

As razões para isso estão no longo processo que organiza e define uma estrutura produtiva amarrada desde sempre ao setor agrário-exportador e, mais tarde – mesmo depois dos esforços industrializantes que experienciamos a partir dos anos 1940/50 –, aos investimentos e empréstimos externos que restringem nossas margens de atuação, posto que se desdobram em saídas de capital tanto na forma de lucro, como de juros e dividendos; algo que, além de comprometer nosso processo interno de acumulação e as condições de trabalho, será decisivo para o estabelecimento das políticas internas, sobretudo do ponto de vista fiscal, monetário e cambial, assim como aquelas que envolvem um horizonte de mais longo prazo, ligadas a um projeto de país.

Esse quadro restritivo é parte



da expansão das economias capitalistas avançadas e característico do capitalismo monopolista, de modo que não há projeto crível no capitalismo capaz de solapar os desequilíbrios externos e internos aos quais países periféricos estão submetidos. O “desenvolvimento possível”, portanto, é o desenvolvimento dependente, que admite graus diversos de crescimento e até mesmo de distribuição de renda e arrefecimento da pobreza, mas que não ataca a causa das desigualdades, suavizando-as e perpetuando-as, a exemplo do neodesenvolvimentismo petista.

O Brasil, portanto, jamais será um país pertencente ao núcleo do capitalismo central, ou ao grupo dos países identificados como desenvolvidos. Significa estar estagnado? De forma alguma. Um país dependente, como já dito, pode perfeitamente crescer – e cresce – e não se desenvolver. O fracasso da velha “teoria do bolo” demonstra isso.

Esse quadro determinará uma

espécie de tradição de mais de três décadas de sustentação de um arranjo macroeconômico que tem como um de seus parceiros prediletos o capital especulativo internacional. Portanto, o que quer que se desenhe em termos de projeto de desenvolvimento (que assuma o desenvolvimento econômico como alvo) parte dessas restrições.

O que a história recente (do último meio século) vem nos mostrando – e aí não apenas a nossa própria história, mas também a de nossos vizinhos latino-americanos, por exemplo – é que os períodos de maior crescimento com desdobramentos sociais relevantes foram aqueles em que se fez valer a posição indutora do Estado no sentido de assegurar uma dinâmica de incremento da demanda agregada, seja por meio de atuação direta na produção e garantias de emprego e renda, seja por meio de estímulos

a setores estratégicos e dinamizadores da economia. Os mais insuspeitos e atentos neoliberais já vêm há alguns anos sugerindo a inépcia do fiscalismo dogmático (cerne do projeto neoliberal na América Latina) em fazer o mesmo.

O Brasil de Bolsonaro é revelador nesse sentido. Muito antes da crise atual que nos atravessa (esse misto de crise sanitária, social, econômica, política, ambiental e, diriam alguns, até mesmo civilizacional), o projeto de Bolsonaro não abre qualquer caminho venturoso para o crescimento, menos ainda para um crescimento com algum grau de bem-estar social.

E aqui vale dizer que há, sim, um projeto, ao contrário do que muitos vêm advogando quando apontam para uma ausência dele sob Bolsonaro. Diz respeito a uma nova agenda de desenvolvimento conservadora, liberalizante, fisca-

lista na raiz, de natureza privatista, que enxerga o Estado, o serviço público e as obrigações sociais constitucionais como pesos para o orçamento, e amplamente comprometida com determinados grupos dominantes, articulados numa aliança de interesses perversa a partir da qual, obviamente, reclamam seus benefícios. Não parece novidadeira, mas é; não só porque objetiva soterrar o projeto social liberal do período anterior, mas também porque, pela primeira vez no Brasil, leva o neoliberalismo às últimas consequências, como que ao seu estado mais puro, o de um “neoliberalismo de manual”.

Seus privilégios vão sendo, um a um, acatados por meio das contrarreformas, que se iniciam ainda com Temer (novo regime do teto de gastos, reforma trabalhista, encolhimento da capacidade de investimento da Petrobras) e se exacerbam a partir de 2019. Entram nessa linha a reforma da previdência; a política de ataque às áreas de preservação ambiental e a territórios indígenas e quilombolas, reforçando um modelo extrativista já bastante cristalizado na economia brasileira e que garante enorme fôlego ao agronegócio; a mudança na política de preços da Petrobras, tornada refém dos movimentos especulativos e do cenário internacional mais geral; o Banco Central independente de qualquer projeto de país; a continuidade de programas de concessão e venda de ativos; a PEC emergencial, que faz as vezes de uma minirreforma administrativa a ser aprofundada no futuro e que já explicita o desinteresse do governo em fazer andar um equilíbrio fiscal que se estabeleça por meio da incidência de impostos sobre os setores mais privilegiados da sociedade (sobretudo aqueles que

se apropriam de lucros e dividendos, grandes fortunas e heranças). Tudo isso reforça o padrão exportador de especialização produtiva e desmantela o Estado e o parco aparelho de proteção social brasileiro.

Assustadoramente, esse projeto não recua diante da crise. Sequer a atual política de juros é capaz de criar estímulos ao investimento e de dinamizar o mercado interno de consumo. Por razões óbvias: o cenário é de recessão, explosão do desemprego, queda das receitas e lucros das empresas, rebaixamento das rendas do trabalho e, conseqüentemente, compressão relativa da arrecadação, desvalorização cambial, descontrole inflacionário, para não mencionar o cenário político caótico e fortemente opressivo.

Nada disso se corrige com mais austeridade. E qualquer projeto de reestruturação mínima da nossa capacidade de levar a cabo o “desenvolvimento possível” e atrelar crescimento e bem-estar social exige, além de políticas anticíclicas imediatas, sob pena de termos agravadas as condições que poderiam nos favorecer num processo de retomada de fôlego, a reversão completa dessa série de mudanças no texto constitucional que inviabiliza uma atuação mais ativa do Estado como indutor do crescimento e desenvolvimento econômicos. Improvável – para não dizer desarrazoado – esperar que, no curto prazo e com o nível de profundidade necessário, algo dessa natureza se realize. O “Fora, Bolsonaro!” é para ontem. Deixado para amanhã, já será tarde demais.

* É professora associada do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri/UFU) e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).



Um horizonte a resgatar



Ladislau Dowbor*

“Essas dinâmicas são diferentes das do capitalismo industrial, e na realidade travam a economia industrial ao desviar os seus rendimentos para o setor financeiro e os seus clientes rentistas.”

Michael Hudson¹

O Brasil tem muitos pobres, mas não é um país pobre. O PIB de 2019, de 7,3 trilhões de reais, indica que produzimos bens e serviços no valor de 11 mil reais por mês por família de quatro pessoas. Podemos sem dúvida trabalhar com Renda Nacional Líquida, ou fazer cálculos para diferentes tamanhos de família, mas o básico é que o que produzimos hoje – inclusive com a pandemia – é amplamente suficiente para assegurar a todos uma vida digna e confortável, bastando para isso reduzir moderadamente a desigualdade. Nosso problema não é econômico, no sentido de falta de recursos, e sim de organização política e social.

A escandalosa distribuição de renda e de patrimônio constitui o nosso problema estruturante, no sentido de afetar o conjunto das opções sobre o nosso futuro. É um problema ético, pois não foram os pobres que montaram este sistema, e, portanto, não merecem a sua miséria, e nem os ricos merecem as suas fortunas, hoje essencialmente baseadas em atividades improdutivas. É também um problema político e social, pois a partir de um certo nível de desigualdade, as instituições deixam de funcionar de maneira eficiente: democracia política exige uma ba-

se razoável de democracia econômica. E é um absurdo econômico, pois sem uma base popular com capacidade de consumo, trava-se o conjunto da atividade produtiva.

Os produtores efetivos de bens e serviços, diferentemente dos atravessadores financeiros, comerciais e jurídicos, não precisam de “confiança” e narrativas semelhantes: precisam de pessoas com dinheiro para terem para quem vender, e de crédito barato para financiar a produção. No Brasil não têm nem uma coisa nem outra. Um empresário escreveu no Estadão: “Realmente, está mais barato eu contratar, mas para que eu vou contratar se não tenho para quem vender?” O aparelho produtivo está trabalhando com uma imensa capacidade ociosa.

O modelo de acumulação de capital mudou. Muitos estão se dando conta de que não se trata de uma deformação temporária, e sim de uma mudança estrutural. Michael Hudson, um dos melhores especialistas mundiais na área financeira, explicita esse deslocamento em poucas palavras:

“Hoje o setor das Finanças, Seguros e Imobiliário (FIRE, em inglês, pelas iniciais de *Finance, Insurance, Real Estate*) recuperou o controle do Estado, criando economias neorentistas. O objetivo deste capitalismo financeiro pós-industrial é o oposto daquele do capitalismo industrial bem conhecido dos economistas do século XIX. Ele busca riqueza primariamente através da extração de renda econômica, não da formação de capital industrial. O favorecimento fiscal para o setor imobiliário, a privatização do

petróleo e da extração mineral, os bancos e os monopólios de infraestrutura aumentam o custo de vida e da atividade empresarial. O trabalho está sendo explorado crescentemente pela dívida aos bancos, dívida estudantil, dívida do cartão de crédito, ao passo que a habitação e outros preços são inflacionados com o crédito, deixando menos rendimento para gastar em bens e serviços.”

Para se apropriar do excedente social através de baixos salários, o capitalista precisava pelo menos assegurar-lhe um emprego: precisava produzir. No modelo atual, ao enriquecer por meio do endividamento das famílias, das empresas e do Estado, bem como dos dividendos cobrados e da especulação sobre o estoque de bens imóveis, o capital financeiro pode explorar até os segmentos mais frágeis da população. Qualquer pessoa, mesmo desempregada, irá pagar um tributo privado para os bancos a cada compra com o cartão, juros sobre qualquer compra a prazo, aluguéis que explodem com a especulação imobiliária. O que enfrentamos não é a “Indústria 4.0”, como sugeriram os alemães; é outra forma de exploração. Marjorie Kelly e Ted Howard a qualificam de “*extractive capitalism*”, capitalismo extrativo. Thomas Piketty partiu de uma constatação óbvia: a produção efetiva de bens e serviços no mundo aumenta em cerca de 2,5% ao ano. Os rendimentos de aplicações financeiras, para montantes elevados, são da ordem de 7% a 9%. O dinheiro vai para onde rende mais, e ainda por cima com menos esforço.

No nosso caso os impactos são

impressionantes. Um balanço efetuado pelo *Valor Econômico: Grandes Grupos* mostra as maiores empresas em lucro líquido, em 2019: em primeiro lugar a Petrobrás, que é essencialmente extrativa, e em seguida o grupo Itaú, o Bradesco, a Caixa, o Banco do Brasil, o Santander.² Trata-se essencialmente de intermediários, rentismo sobre bens naturais ou pedágio sobre atividades econômicas das famílias, das empresas e do Estado. Não surpreende que durante a pandemia 42 bilionários (em dólares) do Brasil tenham aumentado a sua fortuna em 34 bilhões de dólares, equivalentes a 180 bilhões de reais, entre 18 de março e 12 de julho de 2020. São seis anos de Bolsa Família, para 42 pessoas já bilionárias, em quatro meses, enquanto a economia estava caindo (Forbes, Oxfam). E são fortunas isentas de impostos (lei sobre tributação de lucros e dividendos, de 1995). No Brasil, entre os 200 maiores grupos econômicos, os lucros dos bancos representam 49% do total. É o que temos caracterizado como capitalismo improdutivo: os ganhos aumentam enquanto a economia cai.

No plano internacional o processo é semelhante: os lucros financeiros, que eram de 10% do total dos lucros corporativos nos Estados Unidos nos anos 1980, hoje representam cerca de 40%. A pesquisa da Oxfam constata que “a riqueza dos bilionários aumentou por espantosos 3,9 trilhões de dólares entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020. A sua riqueza total agora atinge 11,95 trilhões de dólares, o que equivale ao que os governos do G20 gastaram para enfrentar a pandemia.”³ É impressionante que os bilionários custem mais do que o vírus.

Os lucros financeiros são essencialmente extrativos, na medida em que retornam para a economia real, como ordem de grandeza, entre 10% e 15% (Epstein, Mazzucato). O destino de boa parte desses ganhos pode ser constatado nas recentes revelações sobre as fortunas brasileiras no paraíso fiscal de Luxemburgo.⁴ Lembrando que o BTG Pactual, por exemplo, tem mais de 38 filiais em paraísos fiscais, e que a gestão de ativos (*asset management*) se tornou uma grande indústria.⁵

A correlação inversa entre crescimento econômico e ganhos financeiros, num país em que a desigualdade é o principal fator de paralisia econômica, mostra uma tendência desastrosa. E aponta para o caminho a seguir, o horizonte a atingir: uma inversão rigorosa deste rebotinho de programa político para o país que se chamou de Ponte para o Futuro. Entregar os lucros da extração de petróleo, por exemplo, para aumentar os dividendos de grupos financeiros, em vez de financiar a saúde, a educação e os investimentos em ciência e tecnologia, constitui um crime contra o país. Ninguém “produziu” esse petróleo, é uma riqueza natural da nação, como ninguém “produziu” o minério exportado pela Vale. Tampouco “produzem” os intermediários financeiros. Compreende-se assim a desindustrialização, a reprimarização do país e a explosão do desemprego, enquanto as fortunas aumentam. E um país rico tão cheio de pobres, fruto da “elite do atraso”, tão bem qualificada por Jessé Souza.

A reversão dos rumos consiste em resgatar o que funciona: priorizar o bem-estar das famílias. Trata-se de assegurar mais renda na ba-

se da sociedade, com expansão das transferências, aumento do salário mínimo, proteção da aposentadoria e outras formas de transferência. Isso gera demanda e estimula a economia. Trata-se também de reforçar as políticas sociais, como saúde, educação, segurança e outras áreas de consumo coletivo, e que precisam ser públicas, gratuitas e de acesso universal. Temos de gerar políticas ativas de emprego (como o PEP – *Public Employment Program* – hoje discutido nos EUA), reduzindo a dramática subutilização do trabalho. Essas políticas se autofinanciam em grande parte, pela dinamização da demanda.⁶ E temos de resgatar um mínimo de racionalidade no sistema tributário: tributar a demanda, travando o consumo, enquanto se isenta a aplicação financeira improdutiva de riquezas é absurdo. A política tributária tem de servir o duplo objetivo de resgatar a justiça social e estimular a economia.

Mas temos de resgatar também a capacidade de gestão econômica e social dos municípios. A Constituição de 1988 descentralizou os encargos, mas não os recursos financeiros. Num país com as nossas dimensões e 5.570 municípios, trata-se de um contrassenso de gestão. Cada município enfrenta desafios diferenciados, e é no nível local que se sabe efetivamente onde estão as prioridades. O pacto federativo precisa ser reformulado para assegurar controle efetivo de recursos no nível local, como é o caso dos países nórdicos, da Alemanha, da China ou de outros países que funcionam.⁷

Entramos no oitavo ano de paralisia econômica, sempre com afirmações de que estamos fazendo os sacrifícios necessários, e que no ano seguinte iremos crescer.

Na Ponte para o Futuro, esqueceram de colocar a outra margem: não passa de uma ponte pendurada no vazio. Estamos no limiar do caos político, econômico e social, e a pandemia é apenas uma das dimensões da crise sistêmica que vivemos.

* É professor titular de pós-graduação em Economia na PUC-SP, consultor de várias agências da ONU e autor de numerosos livros e estudos técnicos. Os seus últimos livros são *A Era do Capital Improdutivo* e *O Capitalismo se Desloca*, disponíveis gratuitamente em dowbor.org (Creative Commons).

1 HUDSON, Michael. *O Ocidente diz adeus ao capitalismo industrial*. Disponível em <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/ocidente-diz-adeus-ao-capitalismo-industrial/> (no original: **Cold War 2.0 – The Geopolitical Economics of Finance Capitalism vs. Industrial Capitalism**).

2 *Valor: Grandes Grupos*, p. 12, dezembro de 2020. Disponível em www.valor.globo.com.

3 Oxfam, *The Inequality Virus*, 2021. Disponível em <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621149/bp-the-inequality-virus-250121-en.pdf>.

4 Luxemburgo, Paraíso fiscal das riquezas brasileiras, 2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/luxemburgo-paraíso-fiscal-das-riquezas-brasileiras/>.

5 DOWBOR, L. *De onde vem o nosso super-ministro da economia*. Disponível em <https://2020.dowbor.org/2019/04/l-dowbor-de-onde-vem-o-nosso-super-ministro-da-economia-6p.html>.

6 CARVALHO, Laura e outros. *Redistribuição de Renda e Recuperação da economia*. Made USP, 2021. Disponível em <https://dowbor.org/2021/03/redistribuição-de-renda-e-recuperação-da-economia.html>

7 UCHÔA, Marcélio. *O que os gestores públicos municipais precisam saber*. CRV, 2020. Disponível em <https://2020.dowbor.org/2020/08/marcelio-uchoa-o-que-os-gestores-publicos-municipais-precisam-saber-ed-crv-2020-prefacio-dowbor.html/>.

Brasil: uma megafeitoria moderna

Plínio de Arruda Sampaio Jr*

Uma estagnação estrutural de longa duração, provocada pela crise terminal da industrialização por substituição de importações, solapou a ideia de crescimento como panaceia para os problemas nacionais. O ciclo de liberalização da economia brasileira, iniciado com Collor de Mello em 1990, consolidado por Fernando Henrique Cardoso com o Plano Real em 1994, legitimado por Lula no efêmero ciclo “neodesenvolvimentista” e levado ao paroxismo por Temer e Bolsonaro, redundou no pior desempenho do nível de atividade econômica da história brasileira.

As enfáticas promessas de bonança das reformas liberais não se cumpriram. Entre 1990 e 2020, o crescimento médio da economia brasileira foi de apenas 2,1% ao ano – marca equivalente à da década perdida dos anos oitenta e muito abaixo da expansão de 6,7% ao ano entre 1933 e 1980. Como consequência, na era neoliberal a renda *per capita* cresceu menos de 1% ao ano – quase cinco vezes menos do que no ciclo da industrialização. A propaganda de que o fim da inflação criaria condições para o início de um processo de distribuição de renda revelou-se uma balela. Postas em perspectiva, tanto a concentração funcional quanto a concentração pessoal da renda, que já eram uma das piores do mundo, registraram tendência estrutural de deterioração.¹

A relação orgânica entre acumulação de capital, aumento da desigualdade social e deterioração das condições de vida dos trabalhadores é uma característica do capitalismo contemporâneo.² A

tendência decrescente da taxa de lucro requer um aumento brutal na exploração do trabalho.³ A arbitragem salarial em escala global, propiciada pela elevada mobilidade espacial do capital e do trabalho, acirra a concorrência entre os trabalhadores, deixando-os particularmente vulneráveis à ofensiva do capital contra seus direitos.⁴ Nessas circunstâncias, o desenvolvimento capitalista torna-se incompatível com o desenvolvimento nacional. O poder político fica completamente submetido aos interesses do capital financeiro e o Estado fica sem condições de fazer políticas públicas com conteúdo democrático e nacional.

No elo fraco da economia mundial, tal antagonismo é potencializado pela ampliação das assimetrias na divisão internacional do trabalho. Na periferia latino-americana, a crise estrutural do capital manifesta-se sob a forma de um processo de reversão neocolonial, cuja essência reside na progressiva incapacidade do Estado de estabelecer limites mínimos às taras do capital. À especialização regressiva das forças produtivas corresponde necessariamente o rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores, a desarticulação das políticas públicas, o esvaziamento da soberania nacional e o aprofundamento da depreciação do meio ambiente.

O Brasil revelou-se particularmente vulnerável à fúria da globalização. A ausência de um projeto de nação, que identificasse os problemas fundamentais do conjunto da população e as ações para resolvê-los, deixou a sociedade completamente desarmada para enfrentar um contexto históri-

co extraordinariamente adverso.⁵

A falência da burguesia brasileira como demiurga do desenvolvimento nacional foi selada na ditadura militar. Ao sepultar as reformas de base, o desfecho da revolução burguesa como uma contrarrevolução permanente impediu a constituição de condições objetivas (um sistema econômico nacional) e subjetivas (nexos morais de solidariedade entre as classes sociais) necessárias para o controle dos fins e dos meios do desenvolvimento nacional. Ao naturalizar a segregação social e a dependência externa como elementos constitutivos do padrão de acumulação e dominação burguesa, a ditadura do grande capital transformou a acumulação de lucro num fim em si. Impotente para enfrentar o imperialismo, a burguesia dependente ficou condenada a adaptar-se às exigências do capital internacional e reproduzir os mecanismos de superexploração do trabalho e depreciação do meio ambiente.

Enquanto a subordinação da política econômica aos imperativos do capital internacional coincidiu com o avanço da industrialização por substituição de importações, entre 1968 e 1980, o elevado dinamismo da economia alimentou o mito do crescimento como solução para os problemas nacionais. Ao equiparar desenvolvimento nacional – o controle sobre as mudanças econômicas e sociais – a crescimento – simples expansão da produção –, a ideologia do progresso ocultou o divórcio intransponível entre acumulação de capital, democracia e soberania nacional. A contrapartida do crescimento desenfreado do “milagre econômico” foi o acirramento das contradições que redundariam na reversão neocolo-



nial: o rebaixamento sistemático das parcas conquistas democráticas e nacionais do povo brasileiro.

A vitalidade dos mecanismos de classificação social gerados pela expansão acelerada da renda e do emprego não impediram a intensificação das desigualdades sociais nem a reprodução da pobreza em grande escala. O desenvolvimento das forças produtivas implicou aumento substancial da dependência comercial, tecnológica e financeira. A cópia desesperada dos estilos de vida e padrões de consumo das economias centrais exacerbou o mimetismo cultural da sociedade brasileira. O progresso material veio acompanhado de um aprofundamento do abismo entre o mundo dos ricos e o dos pobres.

A crise da dívida externa nos anos oitenta explicitou a fragilidade do modelo econômico brasileiro e a absoluta cumplicidade do Estado autocrático burguês, criado pela ditadura militar, com os interesses do grande capital. A retórica verde-amarela dos generais e seus devaneios delirantes de que o país caminhava para o “primeiro mundo” culminaram com o país sob a tutela do Fundo Mone-

tário Internacional (FMI). O ajuste estrutural da economia brasileira às novas exigências do capital internacional e do imperialismo foi aceito docilmente pela burguesia local.

Preocupada exclusivamente em preservar o patrimônio ameaçado de liquidação pelos efeitos destrutivos das mudanças pelas quais passava o sistema capitalista mundial, a burguesia abdicou da industrialização sem pestanejar. Repassou os prejuízos da crise para os trabalhadores e ajustou-se rapidamente aos imperativos da ordem global emergente. Sob o manto de recorrentes crises de estrangulamento cambial e hiperinflação, a economia brasileira passaria por mudanças estruturais de grande envergadura.

O Estado foi amplamente mobilizado para consolidar o agronegócio e o extrativismo mineral como frentes de expansão do capitalismo brasileiro e para sustentar o rentismo ancorado em títulos públicos como forma de valorização do capital fictício – os dois principais vetores do padrão de acumulação liberal-periférico. O colapso das premissas

internas e externas que sustentavam o capitalismo dependente – a elevada geração de emprego provocada pela industrialização e a necessidade do imperialismo de ter parceiros relativamente fortes na periferia – desencadearia um processo de reversão neocolonial que ganharia ímpeto nos anos noventa, com a inserção subalterna do país na ordem global. A capacidade da burguesia brasileira de negociar com o imperialismo os termos da capitulação seria drasticamente reduzida.

Nos marcos da ordem global, a liberalização das economias periféricas é um caminho sem volta. Na falta de uma resposta nacional às crises que abalam recorrentemente a economia mundial, as burguesias que vivem dos negócios que surgem nos interstícios dos investimentos do capital internacional ficam obrigadas a dobrar as apostas na mercantilização da vida e na inserção especializada na divisão internacional do trabalho. Nesse

contexto, a ofensiva sobre o trabalho e a natureza é permanente. O raio de manobra da política econômica fica reduzido à definição do ritmo e da intensidade da retirada de direitos dos trabalhadores, da destruição das políticas públicas e da degradação do meio ambiente.

Para além das diferenças de interesses que condicionam os conflitos entre as inúmeras frações do capital, fenômeno inevitável numa economia marcada por grandes heterogeneidades estruturais, o projeto da burguesia brasileira para a crise terminal da industrialização por substituição de importações é a transformação da economia brasileira numa espécie de megafetoria moderna. Com a chegada da república dos delinquentes, em 2016, tal projeto foi radicalizado. O ataque às políticas públicas com conteúdo democrático, nacional e ambiental tornou-se razão de Estado. No governo Bolsonaro, o descaso com a coisa pública, sobretudo com a situação da classe trabalhadora, manifestou-se em sua dose máxima.

Amplia-se o abismo que separa o Brasil das economias desenvolvidas. O subdesenvolvimento não aponta para o desenvolvimento, mas para a reversão neocolonial. A gestão genocida da crise sanitária não deixa margem a qualquer tipo de dúvida. A plutocracia divorciou-se irremediavelmente das classes subalternas. O projeto da burguesia é acumular riqueza, sem qualquer preocupação com os problemas nacionais. O primeiro

desafio para deter a tragédia brasileira é romper a blindagem mental que naturaliza o capitalismo. Sem a perspectiva de mudanças estruturais, que vão além do capital, é impossível mobilizar a sociedade em torno de um projeto coletivo que enfrente os problemas seculares do povo brasileiro.

* É professor livre-docente aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp) e editor da plataforma virtual Contrapoder.

1 A propósito ver PEREIRA, D.C.N. *Distribuição funcional da renda no Brasil (1955-2014)*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tese de doutorado. Natal. 2017 in: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24276/1/DistribuiçãoFuncionalRenda_Pereira_2017.pdf. Consultar também, MEDEIROS, M., SOUZA, P.H.G e CASTRO, F.A. O topo da distribuição de renda no Brasil: Primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisa de domiciliares (2006-2012). *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, no. 1. In: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v58n1/0011-5258-dados-58-1-0007.pdf>

2 Sobre o assunto, a abundante informação no livro de PIKETTY, T. *Le Capital au XXI^e siècle*. Paris, Edition du Seuil, 2013.

3 A tendência decrescente da taxa de lucro é objeto de estudo de ROBERTS, M. *The long depression – How it happened, and what happens next*. Chicago. Haymarket Books. No Brasil, a tendência de longo prazo da taxa de lucro é examinada em MARQUETTI, A. e MELODY DE CAMPOS, S.P. Patrões de progresso técnico na economia brasileira, 1952-2008. *Revista de la Cepal*, No. 113, agosto 2014. Santiago.; e também MARQUETTI, A.; Hoff, C.; Miebach, A. (2017). *Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira*. Texto para Debate. Departamento de Economia, PUCRS.

4 A lógica da arbitragem salarial em escala global é estudada por SMITH, J. *Imperialism & the Globalisation of Production*. PHD Thesis. University of Sheffield. July, 2010.

5 A propósito ver FURTADO, C. *Brasil: A Construção Interrompida*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.



A economia deve servir às pessoas: por um novo projeto de desenvolvimento



Esther Dweck*

Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser. (Celso Furtado)

Apandemia de Covid-19 revelou um drama social global sem precedentes. Diante de um problema de saúde pública global, surge um amplo debate sobre as estratégias para reduzir os impactos da pandemia e “as reformas radicais para forjar uma sociedade que funcione para todos”, como enunciado pelo *Financial Times*, em seu editorial de 3 de abril de 2020.

A última vez que o sistema social econômico internacional foi re-discutido nas dimensões que a atual conjuntura demanda foi durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo antes do fim da guerra, já havia intensos debates sobre as transformações econômicas e sociais necessárias para permitir a reconstrução dos países e a melhoria das condições de vida da população. As discussões de Bretton Woods que definiram as bases para o novo sistema monetário internacional, sob a batuta dos EUA, e o Relatório Beveridge, que apontava para as bases dos Estados de bem-estar social que se constituíram nos países europeus e, até certo ponto, mesmo nos EUA, são dois elementos fundamentais da nova ordem econômica mundial que emergiu do pós-guerra e que levou, no bloco capitalista, à chamada época de ouro.

Para os países em desenvolvimento, mesmo não se beneficiam-

do completamente desses novos instrumentos, esse foi o período de sonhar com as perspectivas de superar o subdesenvolvimento, tanto na periferia latino-americana, quanto nos países que só deixaram de ser colônias europeias após a Segunda Guerra Mundial. Foi um período de muita formulação teórica a respeito das singularidades do subdesenvolvimento e das formas de superá-lo.

No Brasil, esse esforço aparece em trabalhos dos chamados “intérpretes do Brasil”, como Celso Furtado e Florestan Fernandes, que fariam 100 anos em 2020. Com seus erros e acertos, o mais importante é que eles mostraram a importância de interpretar o Brasil, que deve ser um esforço contínuo de acúmulo de conhecimento e atualização histórica. Não há dúvida que a geração dos intérpretes do Brasil tinha em mente pensar um projeto de Nação próprio a partir de uma análise do processo histórico, sociológico, antropológico, político e econômico. Essa interdisciplinaridade parece essencial para pensar um projeto de país. Hoje, é mais fácil perceber as ausências e lacunas ou mesmo falhas daquela interpretação, tanto numa possível ingenuidade quanto à possibilidade de superação do atraso quanto nos seus aspectos raciais e de gênero. Temos hoje diversos outros autores que nos permitem atualizar essa reflexão sobre o Brasil e incorporar elementos ausentes.

Está claro que a característica principal da crise em andamento é, como já anunciado por Fur-

tado, sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Porém, a intensificação das modificações estruturais ocorridas em um cenário de crise da democracia ampliou a marginalização das massas. Na medida em que as modificações institucionais recentes foram fortalecendo um sistema de produção desarticulado dos interesses da coletividade nacional, tornou-se cada vez mais difícil reverter esse processo concentrador e de exclusão.

Em uma perspectiva histórica, o Brasil foi um dos países subdesenvolvidos que acelerou o padrão de transformações produtivas no período do pós-Segunda Guerra. Ao final da década de 1970, era um país industrializado e urbano, mas com um dos maiores padrões de desigualdade mundial. A redemocratização trouxe como um dos elementos centrais a necessidade de superar esse padrão excludente e isso foi incorporado em todo o processo de elaboração da nova Constituição democrática, que trouxe em um dos seus artigos iniciais os direitos sociais dos cidadãos, que deveriam ser garantidos a todos. Justamente o caráter da Constituição Cidadã, ameaçado pelas reformas de Temer e Bolsonaro.

Celso Furtado disse a frase da epígrafe desse texto quando ele observava os efeitos do neoliberalismo sobre a economia e a sociedade brasileira na década de 1990. Mas o que ele diria agora, no momento atual, de total destruição de todos os elementos que ele ajudou a

construir? O eterno “país do futuro” parece caminhar aceleradamente para trás.

O neoliberalismo morreu? Com a Covid-19, os Estados foram novamente chamados a intervir. Será que essa crise terá a dimensão do período da Segunda Guerra, que realmente levou a uma mudança radical de paradigma, no qual a ordem liberal foi deixada de lado, ainda que temporariamente? Muitos parecem acreditar que isso pode estar ocorrendo, mas também há sinais de que pode ser apenas mais uma metamorfose do capital.

Diante desse cenário, há duas possibilidades em curso: por um lado, a extrema direita acentua a visão liberal, tensionando as relações sociais, procurando estabelecer um inimigo a ser combatido, reforçando saídas violentas e belicosas. Diante das situações cada

vez mais críticas de sobrevivência e a ausência de perspectiva, essa saída seduz muita gente, pois tem sido combinada a uma tática de capitalismo de “vigilância”, em que cada pessoa recebe de informação aquilo que afeta diretamente a sua fraqueza.

Por outro lado, há a necessidade de repensar todo o sistema e apontar que essa alternativa só conduz ao caos econômico, social e climático. Há alternativa a esse caminho, mas ela precisa ser construída e mais ainda, precisa ser capaz de encantar a população com o sonho de uma sociedade que efetivamente funcione para todos.

Dos problemas econômicos de garantia dos meios materiais de sobrevivência das sociedades, já superamos em muito o problema da produção; na realidade, claramente avançamos além do possível, na medida em que estamos em meio a uma crise ambiental. Mas se o problema da produção foi resolvido, o problema da distribuição só se agravou. Uma das características do sistema capitalista é sua capacidade de geração de riqueza e simultaneamente sua capacidade de geração de desigualdades. A utopia liberal, baseada na falsa ideia de meritocracia, atribui ao indivíduo a responsabilidade na sua própria exclusão do sistema. Você não é bom o suficiente para receber os frutos do que está sendo gerado. Se isso já era uma grande falácia para defender o *status quo*, o que acontecerá quando nem mesmo a força de trabalho será necessária? A tendência dessa nova etapa do capitalismo de maior automação e digitalização reforça a exclusão de grande parte da população do próprio processo de geração de riqueza, que dirá da sua distribuição.

Em linha com o que tem defendido Mariana Mazzucato, a crise desencadeada pela pandemia de

Covid-19 trouxe a oportunidade de “fazer um capitalismo diferente”, para garantir um desenvolvimento inclusivo e sustentável. É preciso repensar um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil inspirado nos objetivos da agenda da Cepal de “Mudança Estrutural com Igualdade”. O padrão de desenvolvimento deve ter a missão de enfrentar o desafio de fechar as lacunas estruturais para alcançar a igualdade com base no pleno exercício dos direitos; reduzir a estrutura de produção dual por meio de setores e atividades intensivos em conhecimento; e aumentar a resiliência para lidar com restrições e vulnerabilidades externas, como as mudanças climáticas e a volatilidade e instabilidade financeiras.

Serão necessárias medidas para reduzir a concentração de renda, tanto primária quanto secundária, e a ampliação do investimento social para reduzir a carência na oferta pública de bens e serviços gratuitos e de qualidade. Essas podem se tornar duas importantes frentes de expansão para o desenvolvimento econômico. Cabe destacar que a infraestrutura social e os serviços sociais, de forma geral, cumprem ainda um papel central na oferta de emprego de qualidade em um cenário de aumento da automação industrial. Cada vez mais será necessário repensar a forma de repartição dos ganhos obtidos com um aumento da produtividade poupadora de mão de obra.

Para isso será preciso coordenar as atividades inovativas e dos investimentos públicos e privados, amplificados pelos encadeamentos setoriais, em direção à redução das grandes desigualdades sociais, regionais e patrimoniais. Também será necessário enfrentar os desafios, em especial as condições para o financiamento dessa estratégia e a restrição externa ao crescimen-

to diante de um novo cenário internacional. O ambiente de maior concorrência internacional e de acirramento da corrida tecnológica impõe desafios ainda maiores à atuação do Estado.

Diante desse desafio, é necessário pensar novas formas de conduzir políticas para o setor industrial. O recrudescimento recente de políticas comerciais de cunho protecionista aponta para um cenário em que as estratégias nacionais de desenvolvimento produtivo irão adquirir cada vez mais importância. A proposta, portanto, é a formação de eixos de atuação das políticas para o setor produtivo voltados para “missões” orientadas à solução de problemas históricos da sociedade brasileira articulados com o motor de crescimento do investimento social.

* É professora do IE-UFRJ e coordenadora do grupo de Economia do setor público do IE-UFRJ e foi Secretária do Orçamento Federal no governo Dilma.



Paga-se bem, mas para receber...

Desde que foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como um mecanismo de controle das contas públicas, muito se fala sobre a garantia do pagamento das dívidas, principalmente aos bancos. Sendo assim, a dívida financeira passou a ser tratada como prioridade e a dívida não financeira tem o seu tratamento, em grande parte, ditado pelo Poder Judiciário por meio dos precatórios. Em contrapartida, as cobranças aos devedores do erário são tratadas pelo Poder Executivo, orientadas pelo Legislativo e, raramente, decididas pelo Judiciário.

O objetivo deste artigo é analisar a dívida pública financeira, não financeira e a receita da dívida ativa municipal para compreender a situação do Município do Rio de Janeiro (MRJ) como devedor e como credor. Os dados utilizados são dos pareceres do Tribunal de Contas do Município (TCM) e do Portal da Transparência, do ano de 2010 até 2019. Os valores encontram-se deflacionados pelo IPCA de janeiro de 2021.

Dívida Financeira

A dívida consolidada, parte financeira do endividamento, é o montante total despendido nos compromissos de determinado ente da Federação para amortização em prazo superior a doze meses. Ela é contraída por meio de emissão de títulos ou contratos, a fim de atender a desequilíbrio orçamentário ou ao financiamento de serviços públicos que dependam da permissão legislativa para amortização ou resgate¹. Dessa forma, é composta por:

- Emissão de títulos públicos (dívida mobiliária);
- Realização de financiamentos e empréstimos (dívida contratual);
- Realização de operações de crédito;

• Precatórios judiciais a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução orçamentária em que estiveram incluídos.

Os entes da federação tiveram suas emissões de títulos vedadas a partir das renegociações de suas dívidas. No caso dos municípios, a partir de 2001 foi vedada a oferta enquanto tiverem dívida com a União, o que minou uma das poucas ferramentas de autonomia do federalismo fiscal brasileiro e contribuiu para a agenda de austeridade.

O estoque da dívida apresenta uma série estável, com exceção da variação entre os anos de 2014 a 2016, que se deu inicialmente pelo aumento do endividamento para a realização das Olimpíadas. Já a queda de 2016 é explicada por dois fatores: a mudança no indexador das dívidas aprovada no final de 2015 e pela renegociação da dívida do município com a União.

De acordo com dados da Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP) da FGV, a partir de 2017 o orçamento passou a ficar mais comprometido devido aos fluxos da dívida, mas já em 2016 a administração fechou o ano com uma disponibilidade líquida de R\$ -0,38 bilhão. Entre esses anos, a dívida interna e externa cresceu 40%; além disso, em 2017, 56% da dívida paga correspondeu a contratos com o BNDES.

A respeito do serviço da dívida, a média de amortização correspondeu a 11,66%; a menor porcentagem de pagamento (6,6%) ocorreu no ano de 2015, quando a dívida alcançou mais de R\$ 19 bilhões. A previsão do DAPP em 2017 era de que o serviço da dívida alcançasse R\$1,8 bilhão até 2019; no entanto, o montante foi de R\$ 2,4 bilhões. Apesar de estar dentro do limite imposto pela LRF, 120% em

relação à receita corrente líquida, a priorização do pagamento da dívida financeira entrava a alocação de recursos aos serviços públicos.

Dívida não financeira

Para efeito desta análise, classificaremos como dívida não financeira aquela referente aos restos a pagar e aos precatórios, que expressam obrigações de despesa do Município.

Os restos a pagar de um exercício representam as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Os restos a pagar processados (RPP) correspondem a despesas empenhadas que já tiveram o objeto do empenho recebido, ou seja, já foram liquidadas, restando pendente apenas seu pagamento. Por outro lado, são classificadas como restos a pagar não processados (RPN) as despesas legalmente empenhadas, mas que não foram liquidadas e nem pagas até o fim do exercício.

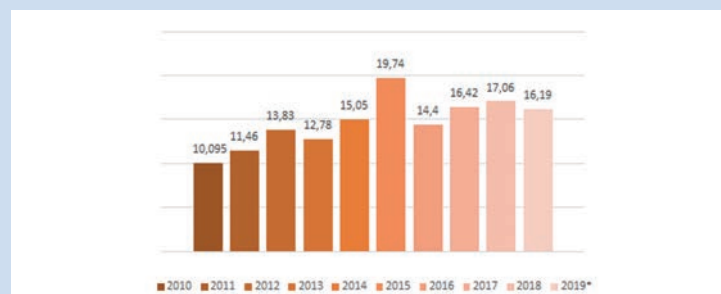
O gráfico 3 expõe o saldo de restos a pagar, divididos em processados e não processados. A ampla redução no montante total em 2016 é justificada pelo cancelamento de milhares de empenhos feito pelo então Prefeito Eduardo Paes neste ano como forma de garantir que houvesse disponibilidade financeira

ra suficiente ao final de seu mandato para satisfazer integralmente as obrigações de despesa contraídas, conforme determina a LRF.

Contudo, a Controladoria Geral do Município apurou nesse mesmo ano um montante de R\$ 670,8 milhões em despesas incorridas (que resultaram em serviços prestados e/ou materiais entregues), mas não inscritas em restos a pagar, 90% dos quais foram provenientes da realização do gasto apesar do cancelamento de empenho. Assim, o valor real de RPP ficou subestimado, o que aponta para uma manobra feita por Paes a fim de maquiar os dados das contas públicas a seu favor. Tal procedimento chegou a gerar moção de ação civil pública por improbidade administrativa contra o ex-Prefeito, porém o mesmo foi absolvido das acusações².

Um valor elevado do estoque de restos a pagar configura um problema caso não haja disponibilidade de caixa suficiente para fazer frente a ele, já que a arrecadação dos exercícios seguintes poderá ficar comprometida com a quitação dessas obrigações já assumidas, de forma a limitar a execução de novas despesas. Esse é o caso do Rio, que em 2019 tinha saldo de R\$ 3,1 bilhões em restos a pagar e disponibilidade de caixa bruta de apenas R\$ 1,1 bilhão.

Gráfico 1 - Estoque da Dívida Consolidada Líquida (em bilhões)



Fonte: Prestação de contas – CGM.

Já os precatórios representam ordens para pagamento de débitos dos órgãos públicos constituídos em decorrência de decisões judiciais transitadas em julgado, logo, podem ser lidos como uma espécie de passivo judiciário. Segundo a Constituição Federal, é obrigatória a inclusão no orçamento da verba necessária ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho.

O gráfico 4 mostra o gasto com precatórios ao longo do período. Podemos observar que o pagamento foi sempre menor do que a previsão, o que indica dificuldade do Município em fazer frente a essas obrigações, sobretudo nos últimos anos.

A execução orçamentária dos precatórios é dividida entre a Administração Direta, que se refere à prestação de serviços públicos ligados diretamente ao Estado e órgãos municipais, e a Indireta, que é descentralizada e constituída pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O aumento em 2016 é atribuído ao pagamento de grande volume de precatórios correspondentes à Administração Direta, o que também pode estar relacionado à tentativa de Paes de quitar o máximo de obrigações de despesa contraídas antes do fim do seu mandato. A queda dos valores nos anos seguintes se deve a uma redução brusca também no pagamento de precatórios correspondentes à Administração Direta. Para se ter ideia, o montante foi de R\$ 227,7 milhões em 2016 para apenas R\$ 6,3 milhões em 2019, o que acarretou o saldo de R\$ 135,2 milhões em precatórios não pagos ao final desse ano.

Receita da Dívida Ativa

A dívida ativa é um ativo municipal e representa uma potencial receita pública, caso efetuado o pagamento. Essa receita advém do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Ter-

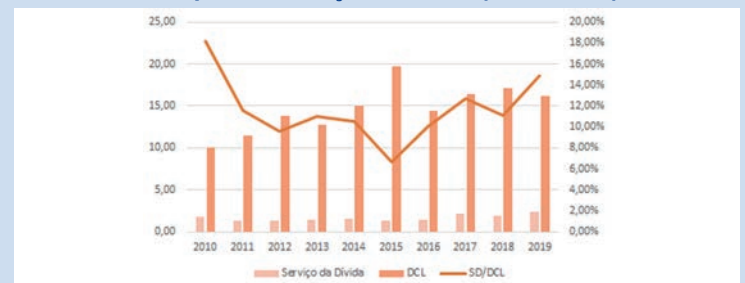
ritorial Urbana (IPTU), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) e outros tributos recebidos via cobrança amigável ou judicial, após esgotado o prazo final para pagamento.

Em 2010 e 2011, foram arrecadados mais de R\$ 745 e R\$ 797 milhões, correspondendo apenas a 1,44% e 1,46% do saldo total da dívida ativa, respectivamente (gráfico 5). Dos anos analisados, 2013 foi o que apresentou o melhor índice de arrecadação em relação ao saldo da dívida (R\$ 49,7 bilhões), 3,66%, seguido do ano de 2012, com 2,14%. Logo, pode-se observar que os índices de arrecadação são muito baixos comparados ao estoque da dívida.

O Programa de Pagamento Incentivado (PPI), que vigorou do período de 18/02/2013 a 17/06/2013, instituiu a anistia e a remissão de créditos tributários. Assim, ele não só aumentou o índice de arrecadação, como também possibilitou que o recolhimento superasse em 90% o previsto para o ano. Destaca-se que a cobrança amigável evoluiu mais de 70% quando comparada com 2012. Ademais, o estoque da dívida apresentou redução por causa dos cancelamentos e alterações do IPTU e foi de R\$ 30,6 bilhões em 2012 para R\$ 21,9 bilhões em 2013.

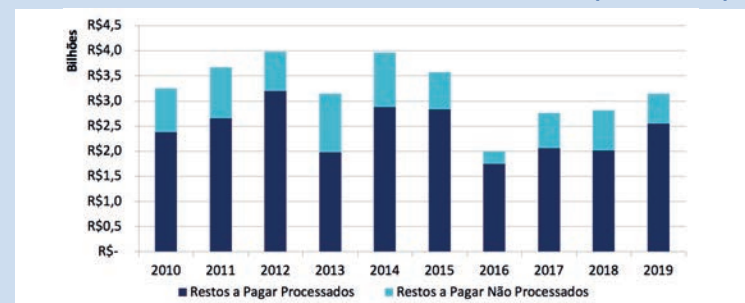
Outro destaque é em relação aos altos valores dos cancelamentos, principalmente em 2017, quando corresponderam a 86,35% das baixas de dívida ativa. De acordo com os pareceres prévios do TCM, foi recomendado que a Procuradoria Geral do Município (PGM), como órgão responsável pela cobrança dos créditos inscritos na dívida ativa, adotasse medidas visando maior controle dos prazos prescricionais de tais créditos e maior agilidade nas providências necessárias junto ao Poder Judiciário, a fim de que fossem minimizados os riscos de cancelamentos decretados

Gráfico 2 - Relação Dívida Consolidada Líquida x Serviço da Dívida (em bilhões)



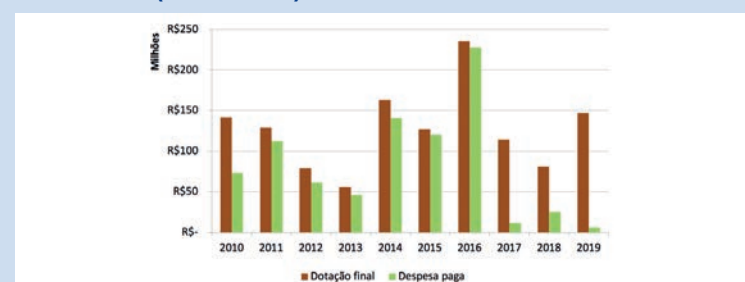
Fonte: Prestação de contas - CGM

Gráfico 3 - Saldo de RPP e RPN entre 2010 e 2019 (em bilhões)



Fonte: Relatório CAD - TCM-RJ

Gráfico 4 - Dotação final e despesa paga em precatórios entre 2010 e 2019 (em milhões)



Fonte: Relatório CAD - TCM-RJ

Gráfico 5 - Arrecadação da Dívida Ativa (em milhões)



Fonte: Relatório CAD - TCM-RJ.

Tabela 1 – Gestão da Dívida Ativa (2017-2019)

Ano	Previsão	Arrecadação	Percentual arrecadado
2017	R\$ 938.757.287,49	R\$ 764.697.868,11	81,46%
2018	R\$ 1.630.698.823,30	R\$ 684.035.969,44	41,95%
2019	R\$ 1.401.955.629,85	R\$ 809.038.881,80	57,71%

Fonte: CGM.

no curso das execuções fiscais.³

Em 2019, o montante arrecadado foi de R\$ 809 milhões, representando 57,7% do previsto para o ano e 1,45% do saldo da dívida. Entre 2017-2019, nota-se a pouca eficiência da gestão da dívida, com valores arrecadados abaixo do previsto, como mostra a tabela 1. Além disso, foi ineficiente a cobrança da dívida ativa em relação aos maiores devedores de impostos. Conforme a auditoria realizada pela PGM junto ao TCM, os 15 maiores devedores de IPTU e ISS perfizeram um total de R\$ 15,84 bilhões.

O efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal

A LRF surgiu como mecanismo de controle das contas públicas, orientando a conduta a ser exercida pelos administradores públicos ao restringir o crescimento da despesa e do endividamento. Indubitavelmente, o objetivo principal da Lei é o superávit primário, ou seja, gastar menos do que se arrecada e assim garantir o pagamento de dívidas com a diferença.

A limitação da dívida tem impacto direto sobre a seguridade social carioca. Com o aumento pro-

gressivo do endividamento devido às obras para realização da Olimpíada, a Prefeitura apresentou uma série de cancelamentos de empenhos de serviços públicos para controlar o fluxo da dívida. De acordo com o *Rio em Perspectiva*, documento da DAPP, a área mais afetada foi a Saúde: apenas em 2016 o total cancelado para o setor foi de R\$116,67 milhões. Já a Educação terminou o ano com R\$ 50,81 milhões de despesas em aberto. Esses cancelamentos geram impacto na disponibilidade para o próximo ano, já que os gastos são repassados para o exercício sem que haja recursos para saldá-los.

Considerações Finais

Apesar do crescente endividamento combinado à frustração na arrecadação da receita da dívida ativa, o Município se apresenta como um bom adimplente no lado finan-

ceiro. Os débitos ao mercado financeiro correspondem à prioridade de quitação da Prefeitura, que suprime o papel de provedora de direitos sociais e bem-estar para atender a essa finalidade. Também é possível observar essa preferência a partir do baixo cumprimento das obrigações relacionadas à dívida não financeira, como os precatórios.

Enquanto credor da dívida ativa, o Município é ineficiente, considerando a arrecadação pífia frente ao estoque a receber. Logo, a manutenção do pagamento da dívida pública não provém dos esforços de cobrança aos maiores devedores do município, mas do sucateamento dos serviços municipais.

1 Decreto Federal 93.872/86, Art.115, § 2º.

2 <https://www.conjur.com.br/2020-jan-14/justica-rio-absolve-eduardo-paes-acusacao-improbidade>

3 Relatório e Projeto de Parecer Prévio – Contas do Governo 2019 (TCM).

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj. Coordenação: Bruno Lins, Camila Bockhorny, Luiz Mario Behnken e Thiago Marques. Assistentes: Carina Oliveira, Letícia Lessa e Marília Santana. Colaboração: Laura Muniz

Curso online preparatório para o exame da Anpec está disponível nacionalmente

O curso do Corecon-RJ “Atualização em Economia: Preparatório para o exame da Anpec”, cujos alunos obtiveram 100% de aprovação nas últimas três edições anuais, acontece pela primeira vez integralmente em formato *online*. As matrículas estão abertas pelo site www.corecon-rj.org.br/anpec. As aulas começam em 5 de abril e estendem-se até 11 de outubro.

A mudança para o *online*, após 46 anos na configuração de aulas presenciais, foi determinada pelas restrições da pandemia, mas permite a participação de alunos residentes fora do Rio de Janeiro. As aulas são

ao vivo para garantir a plena interação entre alunos e professores. A plataforma utilizada é o Google Meet.

O curso é considerado um dos melhores do Brasil na preparação de candidatos para a prova de seleção para mestrados e doutorados das principais instituições do país, reunidas na Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). O curso tradicionalmente também conta com participantes que se preparam para concursos públicos ou estão interessados em aprimorar seus conhecimentos sobre Economia.

O programa compreende 521

horas-aula das seguintes disciplinas: Macroeconomia, Microeconomia, Matemática, Estatística e Economia Brasileira.

Curso Atualização em Economia: Preparatório para o exame da Anpec

Segunda a sexta, das 18h30 às 21h30 ou 21h45, e alguns sábados, das 9h às 12h30

Inscrições:

www.corecon-rj.org.br/anpec

Outras informações:

E-mail: cursos@corecon-rj.org.br

Tel: (21) 2103-0118 / 0119

(entre 10h e 16h).

